

A T A S

1 **ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CONGREGAÇÃO DA**
2 **FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA**
3 **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO DO ANO DE 2016. Presidência: Prof. Dr. Sergio**
4 **França Adorno de Abreu, Diretor da Faculdade. Ao vigésimo dia do mês de maio do ano de**
5 **dois mil e dezesseis, no Salão Nobre da Faculdade, realizou-se a supracitada reunião, em**
6 **terceira convocação. COMPARECIMENTOS:** Sérgio França Adorno de Abreu, João Roberto
7 **Gomes de Faria, Antonio Carlos Colângelo, Safa Alfred Abou Jubran Chala, Marcelo Tavares**
8 **Natividade, Ana Paula T. Magalhães Tacconi, Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron, Carlos**
9 **Alberto de Moura Ribeiro Zeron, Cícero Romão Resende de Araújo, Dario Horácio Gutierrez**
10 **Gallardo, Maria Augusta da Costa Vieira, Maria Helena Pereira Toledo Machado, Wagner**
11 **Costa Ribeiro, Adriane da Silva Duarte, Gildo Magalhães dos Santos Filho, Lenita Maria**
12 **Rimoli Esteves, Elisabetta Santoro, Ricardo Musse, Adrian Pablo Fanjul, Rosângela Sarteschi,**
13 **Fábio César Alves, Fernando Rodrigues Junior, Brasília Sallun Junior, Giuliana Ragusa de**
14 **Faria, Edison R. Emiliano Bertoncelo, Osvaldo Luis Angel Coggiola, Fernanda Padovesi**
15 **Fonseca, Mona Mohamad Hawi, Robert Sean Purdy, Adriana Iozzi Klein, Julio Cesar**
16 **Magalhães de Oliveira, Tercio Loureiro Redondo, João Carlos Borghi Nascimento Bruder,**
17 **Patrícia Sayuri Tanabe Galvão, Adriana Pereira Matos. Como assessores atuaram Rosângela**
18 **Duarte Vicente (ATAC), Vânia Santos de Melo (ATAD), Augusto Cesar Freire Santiago**
19 **(Informática), Eliana B. da S. A. Barros (SCS), Maria Aparecida Laet (Biblioteca). 1 - TEMA**
20 **ÚNICO: AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E DOCENTE NA UNIVERSIDADE.**
21 **DOCUMENTO 1. DOCUMENTO 2. DOCUMENTO 3. - MANIFESTAÇÃO**
22 **DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA. MANIFESTAÇÃO DEPARTAMENTO DE**
23 **ANTROPOLOGIA. MANIFESTAÇÃO - COMISSÃO DA CONGREGAÇÃO -**
24 **ACOMPANHAMENTO DAS POLÍTICAS PARA CARREIRA DOCENTE. Com a palavra, o**
25 **Senhor Diretor disse: “Essa congregação foi convocada para examinar e deliberar a respeito**
26 **desse documento. A proposta apresentada pela reitoria de avaliação institucional e docente na**
27 **universidade. Quero dizer aos presentes que nessa congregação de hoje não há expediente. Essa**
28 **reunião, essa sessão, é precedida de uma reunião, na qual foram convidados todos os docentes**
29 **para a discussão desse documento, eventuais esclarecimentos, dúvidas e apresentação de uma**
30 **posição que poderia ser encaminhada à congregação para nossa discussão e deliberação.**
31 **Inicialmente, indaguei a respeito do documento, naquela comissão de acompanhamento de**
32 **políticas da carreira docente aqui na FFLCH, foi criada aqui na congregação, cujo presidente é**
33 **o professor Álvaro Faleiros, e desde já eu justifico a ausência dele por motivos de saúde. Eu**
34 **ainda não tinha conhecimento sobre o segundo documento desta comissão. O primeiro**

A T A S

35 documento era de pleno conhecimento, já havia sido discutido anteriormente, mas o segundo
36 documento que é focalizado exclusivamente essa proposta ainda está em fase de elaboração,
37 mas foi apresentado hoje nessa reunião que antecedeu a congregação. Inicialmente, as linhas
38 gerais pelo professor César, do Departamento de Filosofia, e depois a professora Rosângela que
39 leu o documento na íntegra. A partir dessa leitura, abriu-se uma ampla discussão a respeito de
40 diferentes pontos. Não só a concepção geral do documento. A concepção de universidade que
41 estaria subjacente ao documento e discussão sobre questões pontuais, discussão sobre o
42 formato do documento que deveria sair dessa congregação, se deveria ser um documento mas
43 conciso, mais extenso. Do que eu posso relatar é que um dos aspectos que ficou bastante
44 acentuando em diferentes falas é a ideia que esse documento devesse ser rejeitado porque ele
45 trás um princípio aqui nomeado de centralismo autocrático, no qual toda avaliação está
46 concentrada na reitoria e nas duas câmaras. Câmara de Avaliação Institucional, Câmara de
47 Avaliação Docente. E que isso, na verdade, seria feito por uma comissão composta de nove
48 membros, nove membros de nomeação do reitor. Esse ponto foi muito ressaltado aqui na
49 discussão, essa ideia de que isso trai o princípio da autonomia, da liberdade acadêmica, que é
50 um princípio constitutivo da própria universidade. Então esses dois pontos foram bastante
51 frisados em diferentes falas. A questão da concepção de universidade que está subjacente a esse
52 documento e, por outro lado, a questão do chamado centralismo autocrático. Foram discutidas
53 questões diretamente ligadas à proposta da minuta. Por exemplo, os mecanismos recursais, o
54 caso de haver uma avaliação considerada adequada ou reprovada, o mecanismo de recurso
55 supõe que o próprio órgão que fez o julgamento seja aquele que vá fazer a apreciação do
56 recurso. Isso seria uma norma jurídica inadequada a respeito dos princípios básicos que regem
57 a ideia da ampla defesa, a ideia dos direitos de cada um. Depois houve várias outras questões.
58 Não sei se a professora Rosângela gostaria de acrescentar algo mais. Vale a pena dizer que
59 estou aqui com alguns documentos. Estou com o documento que é a manifestação da plenária
60 dos professores da FEUSP em onze de maio de dois mil e dezesseis sobre as reformas da
61 avaliação e carreira docente. Um documento que foi amplamente divulgado e, ao que tudo
62 indica, não foi apreciado e aprovado, votado, na congregação da FEUSP. Houve a notícia de
63 que o Departamento de Matemática fez uma recusa, na íntegra, do documento e que isso foi
64 acampado pela congregação a faculdade e outras congregações estariam tendo comportamento
65 semelhante no sentido de recusar o documento. Tenho aqui também as manifestações do
66 departamento de filosofia, manifestação do departamento de antropologia, a profa. Fernanda do
67 departamento de geografia leu o documento que seria aprovado em uma comissão interna. E
68 estes são os elementos.”. Com a palavra, a Profa. Rosângela Sarteschi disse: “O que eu queria

A T A S

69 falar também é que várias congregações estão ainda em fase de apreciação. Eu sei disse porque,
70 como diretora da nossa associação, pedimos para que pessoas do conselho de representante nos
71 enviasse e a gente está recebendo essas respostas, acho que é importante compartilhar aqui.
72 Hoje tive notícia de que o Departamento de Psicologia da FFCL de Ribeirão Preto também
73 rechaçou em voto, o IEB também. Então a gente vai vendo essas manifestações ao longo do
74 mês. Lembrando que está prevista na reunião do CO de junho, mesmo que a gente tenha
75 praticamente um mês para que haja uma movimentação.”. Com a palavra, o Senhor Diretor
76 disse: “O prazo foi estendido do dia vinte e três, que seria segunda feira, para o dia seis de
77 junho.”. Com a palavra, a Profa. Rosângela Sarteschi disse: “Mas também pensando que a
78 reunião do CO é na metade do mês para o final. Pelo menos foi essa a fala no penúltimo CO
79 que o reitor disse explicitamente que esse assunto seria tratado e votado impreterivelmente na
80 reunião de junho.”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “Isso está na pauta da reunião de
81 junho.”. Com a palavra, a Profa. Rosângela Sarteschi disse: “Eu imagino, pelo menos, que a
82 matéria será colocada na pauta. Acho que a maioria das pessoas que estão aqui agora, estavam
83 no início, não sei se estamos nos repetindo, mas a gente estudou detidamente essas
84 notificações, o caráter, e acho que a gente não pode ficar quieto diante dessa ofensiva
85 centralizadora que vai resultar em uma precarização do trabalho docente, mas não só. Nisso eu
86 concordo com a Valéria, com a implantação de uma universidade bem diferente daquela que
87 consideramos ideal, uma universidade basicamente produtivista, enfim. Era um pouco isso.
88 Talvez não seja o caso de ler o documento porque a maioria das pessoas estavam lá nesse
89 momento.”. Com a palavra, Profa. Ana Lucia Pastore disse: “Acho que é necessário porque
90 acho que esse documento pode ser a base para um eventual documento que seria o documento
91 da congregação. Porque os membros da comissão estudaram, escreveram, e o documento
92 espelha um pouco a discussão que tivemos e nem todos estavam aqui presentes.”. Com a
93 palavra, o Senhor Diretor disse: ”Então eu sugiro que seja lido o documento e depois pediria
94 que o Departamento de Filosofia, Sociologia e Geografia, que já se manifestaram, que façam
95 uma breve síntese do que foi o entendimento de seus departamentos.”. Com a palavra,
96 Representante dos Servidores Não Docentes, João Carlos Borghi Nascimento Bruder disse:
97 “Como já houve discussão no período da tarde, imagino que não haverá espaços para fala. Mas
98 queria colocar a posição dos funcionários em relação a isso, no sentido de apoio à rejeição da
99 proposta da reitoria por parte da congregação e a gente está fazendo uma greve em conjunto
100 com os estudantes e entre nossas pautas, de tentar contra o desmonte da universidade, está
101 também a reivindicação contra a flexibilização, precarização, da carreira docente e todo o
102 impacto que isso pode implicar tanto para as condições de trabalho dos docentes quanto para a

A T A S

103 qualidade da universidade. Então quero manifestar o nosso apoio à rejeição do documento e
104 colocar o nosso movimento em favor dessa luta contra a precarização do regime docente.”.

105 Com a palavra, a Profa. Rosângela Sarteschi disse: “À Congregação da FFLCH. A comissão
106 de acompanhamento de políticas para a carreira docente da FFLCH, reunida em 17 de maio
107 de 2016, avaliou as 3 minutas enviadas pela Reitoria a respeito de alterações na carreira e
108 sistema de avaliação. As alterações propostas envolvem a reformulação da Comissão
109 Permanente de Avaliação, agora promovida a órgão central da Universidade. A nova CPA
110 será constituída, além de alguns membros natos, por duas Comissões que efetivamente
111 executarão as avaliações de Departamentos e docentes, a CAI e a CAD. Antes de mais nada,
112 cabe lembrar o artigo terceiro do Estatuto da Universidade, justamente no capítulo que
113 descreve os fins da universidade que todos amamos: “A USP, como Universidade pública,
114 sempre aberta a todas as correntes de pensamento, reger-se-á pelos princípios de liberdade de
115 expressão, ensino e pesquisa.” Tais princípios, que são os que regem o sentido e o modo de ser
116 desta Universidade e que até hoje foram os garantes de seu nível de excelência reconhecida
117 internacionalmente foram desconsiderados pela proposta da Reitoria. Não só pela maneira
118 como as minutas foram enviadas aos diretores, destacando que não cabia às congregações
119 manifestarem-se a respeito, mas também no próprio conteúdo das propostas. Senão, vejamos.
120 Pelo novo projeto, caberá à CPA propor os critérios da avaliação quinquenal de docentes e
121 unidades, orientar a elaboração dos projetos acadêmicos que servirão de base para a
122 avaliação, aprovar os projetos cuja elaboração a própria CPA supervisionou, aprovar o
123 relatório de atividades previstas nestes projetos e aprovar protocolos de compromisso para
124 ajustar a conduta dos reprovados nas avaliações, cujo descumprimento implicará processos
125 administrativos com as penalidades correspondentes. Em suma, a ela caberá definir os
126 parâmetros de seu próprio funcionamento e os critérios para o funcionamento de toda
127 universidade; e o fará soberanamente, na medida em que os recursos a ela feitos serão também
128 por ela julgados, sem que os documentos sequer explicitem quais princípios teóricos deverão
129 pautar a avaliação. Disto só podemos inferir que caberá a esta comissão tutelar do início ao
130 fim a vida acadêmica de Unidades, departamentos e docentes, pondo em risco os valores de
131 liberdade de pensamento e autonomia didática e científica que constam do referido artigo
132 terceiro e que deveriam ser vistos como condições sine qua non da atividade acadêmica, e não
133 como prêmios de bom comportamento. Portanto, mais do que um modelo de avaliação
134 controlador, burocrático e ao que tudo indica ineficiente, as propostas apresentadas
135 representarão uma ameaça aos próprios fins da Universidade. Se nos assusta a magnitude da
136 tarefa prevista para esta estrutura de controle, igualmente impressiona o caráter anti-

A T A S

137 democrático da formação das duas comissões subordinadas que efetivamente executarão as
138 avaliações, bem como a total falta de anteparos para eventuais abusos de suas decisões. Pela
139 proposta, ambas as comissões serão compostas de 9 membros, indicados pelo reitor, sem
140 maior precisão sobre a diversidade de áreas a serem contempladas. Trata-se de um retrocesso
141 em relação à própria CERT, atualmente com 13 membros cobrindo uma gama diversificada de
142 áreas de conhecimento. É verdade que a composição da CERT também é definida
143 monocraticamente pelo Reitor, mas o atual estatuto prevê que ela apenas “opina” e “dá sua
144 anuência” sobre alterações de regime de trabalho, em um processo no qual as Unidades
145 devem, ou pelo menos deveriam, ser ouvidas. Na nova redação, as menções às Unidades (seja
146 por meio da Congregação ou do CTA) desaparecem. Ademais, o atual estatuto atribui não à
147 CERT, mas a cada Unidade, a reavaliação quinquenal dos docentes, sendo a CPA responsável
148 apenas pela avaliação institucional. Na nova redação, tudo isto cabe à CPA e suas comissões.
149 Ou seja, se aprovadas as alterações, teremos um órgão central dominando todo o processo de
150 avaliação dos docentes, do probatório à aposentadoria, tão anti-democrático quanto a CERT
151 na sua formação, mas muito mais poderoso e abrangente. Recursos diante de decisões
152 abusivas? Como já dissemos, não sairão da esfera da própria CPA, logo terão escassa
153 possibilidade de ser ouvidos. Em suma, a proposta suprime o que ainda havia de participação
154 dos Departamentos e Unidades nos processos de avaliação e nos entrega nas mãos dos grupos
155 de poder da Universidade. Quanto aos efeitos particulares das avaliações (já que os
156 documentos e a recente carta da Reitoria rechaçam o uso do termo “punições”), é preciso
157 destacar que são de monta. Em primeiro lugar, a proposta estabelece que o professor em
158 probatório será avaliado apenas por seu primeiro relatório bienal, o qual, se considerado
159 insatisfatório pela comissão (mesmo em discordância com o parecer departamental), implicará
160 exoneração, da qual só caberá recurso, em 15 dias, na própria CPA. Ou seja, mais uma vez
161 Departamentos e Unidades não serão ouvidos em um assunto crucial, e o novo docente, mesmo
162 sem ter cometido infração nem descumprido seus deveres funcionais, será demitido. É bom que
163 se diga, também, que esta redução do probatório não implicará redução do período de
164 experimentação, que continua de seis anos, nos quais o regime de trabalho ainda poderá ser
165 discutido, bem como, aliás, pelo resto da carreira, visto que a nova redação do Estatuto Geral
166 (artigo 201) não exclui esta possibilidade. Quanto aos outros docentes, é desonesto dizer que
167 estejam imunes a punições decorrentes de avaliações quinquenais. Se mal avaliados, serão
168 submetidos a um protocolo de compromisso durante o qual não poderão tirar licenças-prêmio.
169 No caso de nova avaliação desfavorável, estarão sujeitos a processos administrativos. Ora,
170 tais procedimentos são previstos para infrações graves e podem redundar em punições como

A T A S

171 *suspensões ou mesmo exoneração. Ou seja, a própria estabilidade no cargo do docente*
172 *concurado estará em risco, estabilidade que, além de ser um direito adquirido, é uma das*
173 *garantias de que a liberdade de pensamento e expressão dos docentes não será ameaçada pelo*
174 *arbítrio dos poderosos. Os fins da universidade não exigem menos. Por todas essas razões, e*
175 *ainda outras que não elencamos, nossa comissão vê como perigosa a proposta da reitoria. Sem*
176 *garantias institucionais da boa aplicação de tamanha estrutura de controle, não podemos estar*
177 *seguros de que ela não será usada para perseguir em vez de avaliar. Tal como proposto, o*
178 *ciclo avaliativo com critérios mutáveis quinquenalmente constitui-se em um dispositivo de*
179 *flexibilização das regras que poderia ser usado pelo órgão central com objetivo de exclusão de*
180 *maior ou menor número de docentes em função do controle da folha de pagamento. Ademais, a*
181 *ausência de um diagnóstico detalhado justificando essas medidas, bem como o exíguo tempo*
182 *dado pela Reitoria para sua discussão, despertam sérias dúvidas sobre os reais objetivos do*
183 *modelo proposto. De qualquer modo, a maneira como as alterações reciclam outras propostas*
184 *já largamente rejeitadas pela nossa e por outras congregações indica que a Reitoria não tem*
185 *real intenção de contar com a participação da comunidade acadêmica na elaboração de um*
186 *legítimo sistema de avaliação. Diante disso, é do parecer desta comissão que a Congregação*
187 *deveria rejeitar em bloco as alterações estatutárias propostas pela Reitoria.”. Com a palavra,*
188 *Profa. Ana Lucia Pastore disse: “O Departamento de Antropologia deliberou endossar a carta, a*
189 *decisão de uma plenária da FEUSP, realizada no dia onze de maio, em que foi decidida a*
190 *negação das minutas oferecidas pela reitoria, com base, resumidamente, nos seguintes*
191 *argumentos, que essa discussão que agora já se apresenta em um juridiquês bastante elaborado,*
192 *ela, mais uma vez, despreza as manifestações que já aconteceram por parte das congregações*
193 *quando houve aquela circulação dos relatórios do GT Atividade Docente. Houve várias*
194 *contestações àqueles relatórios, e nessas minutas, algumas daquelas conclusões do GT*
195 *Atividade Docente, se repetem em um formato juridicamente mais acabado. Os colegas da*
196 *FEUSP ainda pontuam a ausência de diagnóstico que fundamente as necessidades de*
197 *mudanças, a ausência de explicitação de princípios teóricos, dos critérios de avaliação que são*
198 *vagamente anunciados, do caráter endógeno da avaliação, a Prof. Rosangela reiterou, a falta de*
199 *representatividade da comunidade docente, destas câmaras. Eu sugiro que no documento da*
200 *faculdade, sempre que vocês citam AC, AD, AI, como comissões, que vocês corrijam porque*
201 *na minuta elas são cânones. A extrema centralização de todo o processo. Realmente são*
202 *minutas que tiram o poder dos departamentos e unidades de elaborar, executar e,*
203 *principalmente, conduzir o processo de avaliação dos docentes e dos planos quinquenais do*
204 *próprio departamento e da unidade. Então o departamento de antropologia decidiu endossar*

A T A S

205 tudo isso. E lembrei, na reunião anterior, que houve, por parte do departamento de
206 antropologia, a sugestão de que detalhes de todos os problemas apontados pudessem ser
207 especificamente pontuados. Então te ouvindo ler novamente o relatório da comissão, talvez no
208 próprio relatório, à medida que vão citando os problemas, vocês possam colocar entre
209 parênteses qual é a minuta, o artigo. Acho que isso já resolve, não precisa de anexos. Acho que
210 não há nada como o juridiquês contra o juridiquês. Então acho que aí a gente mostraria tensão
211 como os documentos foram unidos e estão sendo rechaçados.”. Com a palavra, o Prof. Roberto
212 Bolzani Filho disse: “Na verdade eu não gostaria, mas vou falar porque me cabe fazer isso aqui.
213 Eu não vou ler o documento talvez por um encaminhamento equivocado da minha parte. Na
214 reunião que fizemos para discutir o assunto, eu disse aos colegas que não havia a necessidade
215 de tirar uma posição fechada. E o que fizemos foi elencar uma série de comentários de natureza
216 crítica, a grande maioria deles e que coincidem com várias que foram feitas aqui como, por
217 exemplo, o tipo de punição que é proposto, o fato de haver uma punição já é bastante
218 questionável, a utilização do instrumento do processo administrativo foi um tanto chocante
219 porque a gente sabe que esse tipo de coisa acontece com o indivíduo rouba computador, é
220 assédio moral, assédio sexual e usar isso para avaliar docente, me parece bastante triste. A
221 composição centralizadora dessa comissão e que parece que não precisa contemplar as áreas de
222 conhecimento. Aparentemente o reitor pode chamar até aposentados se ele quiser. Tudo isso
223 chamou muita atenção negativamente. Eu diria que as críticas que foram feitas aqui se
224 reproduziram entre meus colegas e a gente imaginou, não é uma estratégia possível, isso está
225 superado na congregação de hoje, que poderia propor um aperfeiçoamento do documento, acho
226 que isso não vai acontecer porque a posição que vemos claramente é uma eleição em bloco. O
227 que me preocupa apenas é que acho que nós, ilusoriamente, que rejeição em bloco possa passar
228 no CO. Eu, sinceramente, não conheço o CO, mas tenho minhas dúvidas, de fato, se isso vai
229 acontecer. E se isso não acontecer, o risco que corremos é que isso, tal como foi apresentado,
230 passe. E se isso, tal como foi apresentado, passar, vai ser duro. Então acho que deveríamos
231 pensar em uma crítica contundente a esse documento, mas não nos furtarmos de apresentar
232 alguma coisa alternativa. Caso contrário, nós estaremos simplesmente marcando uma posição e
233 nos submetendo àquilo que, na minha opinião, o CO vai fazer, que é endossar quase tudo que
234 aparece no estatuto docente, que acho ser a parte mais aterrorizante desse projeto. Não vou
235 mencionar as possíveis sugestões de aperfeiçoamento que são muito pontuais, por exemplo,
236 essa comissão ter três representantes de cada área do conhecimento, não basta referência no
237 CO, isso é uma centralização excessiva, mas acho que isso não é mais relevante. De qualquer
238 maneira, temos uma concordância de fundo com várias das críticas que foram feitas aqui,

A T A S

239 sobretudo o espírito autocrático, centralizador, que está atravessando o processo.”. Com a
240 palavra, a Profa. Fernanda Padovesi Fonseca disse: “Boa tarde. Nós fizemos uma reunião com
241 os professores no dia onze, último, e nessa reunião nós tivemos uma comissão para redigir
242 quais seriam os argumentos de uma rejeição da proposta porque os professores consideraram
243 que a proposta, foi apresentada, mesmo com todas as notificações, ela tem a questão que é a
244 centralização, o cerne da proposta, a definição dos nove membros da comissão permanente de
245 avaliação e esses nove membros vão ter um caráter deliberativo, diferente de outras comissões
246 que tem um caráter consultivo. Alguns dos argumentos que essa nossa comissão colocou, que
247 essa proposta do regimento interno, da comissão permanente de avaliação, CPA, fere o estatuto
248 da USP, onde seu artigo terceiro coloca que a USP, como universidade pública, aberta a todas
249 as correntes de pensamento, reger-se-á pelos princípios de liberdade, de expressão, ensino e
250 pesquisa. Ressaltamos que tal liberdade é tolhida pela proposta do novo regimento porque é
251 evidenciada a contradição da proposta de avaliação sustentada em parâmetros e critérios
252 definidos exclusivamente pelo novo órgão central a ser criado pela reitoria. Ainda com base no
253 artigo terceiro do estatuto da USP, não é concebível que uma comissão permanente de
254 avaliação, a CPA, a partir da proposta constante em seu capítulo um que é sobre composição e
255 atribuição da CPA e seus órgãos constitutivos, seja composta de nove membros cada uma,
256 indicados pelo reitor e homologados pelo CO. Tal composição fere a necessária diversidade
257 sempre aberta a todas as correntes de pensamento. Isso está colocado no artigo terceiro do
258 estatuto da universidade. Reforça essa posição ainda o estatuto em seu artigo segundo
259 apresentando as finalidades da USP. 1 – Promover e desenvolver todas as formas de
260 conhecimento por meio do ensino e da pesquisa. A proposta do regimento interno da CPA em
261 seu capítulo quarto, celebração de protocolo de compromisso, apresenta um caráter
262 essencialmente punitivo, a partir do que se considere, ainda sem regulamentação nessa matéria,
263 desempenho insatisfatório por parte do docente avaliado. É importante ressaltar que todos os
264 docentes avaliados em estágio probatório, no caso de insuficiência, estão afetos ao parágrafo
265 único do artigo oito do estatuto do docente que dispõe “*negado o provimento ao recurso e*
266 *concluído o estágio probatório sem aprovação, será realizada a exoneração do docente,*
267 *publicando-se o ato respectivo até o penúltimo dia do prazo para sua realização.*”.
268 Consideramos que tal caráter punitivo não se coaduna com os princípios de liberdade de
269 expressão, ensino e pesquisas constantes no estatuto da USP. Outra questão que gostaríamos de
270 salientar é que as propostas em pauta ferem a autonomia dos departamentos e outros
271 colegiados e, portanto, seus respectivos estatutos. Esse foi o documento redigido, mas é
272 importante dizer que na reunião os professores estavam muito assustados com a proposta. O

A T A S

273 espanto era geral. Todos estavam muito impactados com o teor da proposta.”. Com a palavra, o
274 Prof. Antônio Carlos Colângelo disse: “Uma reunião foi aberta pelos colegas e isso não foi
275 decidido em conselho, foi decidido pelos colegas que tem interesse direto e podiam naquele
276 dia. Na verdade, não houve tempo para que passássemos isso pelo conselho e me escapou.
277 Poderíamos ter encaminhado o documento para a diretoria, foi uma falha. Que queria comentar
278 que já trabalhei na IBM há quarenta anos atrás, uma corporação que era bem exigente, mas
279 nunca vi uma coisa dessas. Comecei a sentir vontade de voltar para lá. Lá os gerentes
280 estimulavam a gente a casar. E todos se tratam por gerente na IBM, todos são gerentes. Me
281 perguntavam se eu não ia casar, pois assim a pessoa se torna mais comprometida com a
282 instituição. E tinha uns processos lá que eram de meritocracia da IBM, se destacavam em
283 produtividades, e os pinados do ano ganhavam um pino de ouro e exibiam-no na lapela. Talvez
284 seja questão de recomendarmos ao reitor alguns pinos de ouro. Nós ficamos perplexos. Isso é o
285 absurdo. Pessoas disseram que vão abrir banca de alimentos etc. Eu não sei o que pensar a
286 respeito. Eu acho que o documento que foi elaborado pela comissão da faculdade está muito
287 bem elaborado e, realmente, a recomendação da profa. Ana Pastore aumenta o poder desse
288 documento fazendo as respectivas pontes com os parágrafos, os artigos que constam no
289 documento original. Era isso que queria comentar.”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse:
290 “Algum outro departamento tem alguma manifestação?”. Com a palavra, o Prof. Ádrian Pablo
291 Fanjul disse: “Se falou da possibilidade das ementas. Vou me fundamentar um pouco mais do
292 que falei naquela ocasião. Desculpa se eu repito aos que já estavam. No CO, as matérias
293 extensas se votam primeiro geral e depois se formam comissões para atender as ementas. Então
294 apresentar ementas significa aprovar um argumento geral e se arriscar no que aconteça nas
295 comissões formadas que não vão ter uma composição majoritariamente favorável na reitoria.
296 Isso já foi uma experiência feita por essa faculdade em dois mil e nove e foi derrotada em
297 relação à carreira docente. Mas em relação ao que dizia o Bolzani, quais as perspectivas? Eu
298 custo a imaginar a cena de que vai ter votação e a reitoria perde. Não digo que não possa
299 acontecer, mas o único fato que tenho memória foi um adendo salarial em dois mil e catorze. O
300 que pode acontecer é que, se há muitas manifestações contrárias e se há um conhecimento de
301 que muitos setores forem contra, que seja retirado. Se nós apostarmos em emendas, é uma luta
302 perdida. Votando contra, podemos perder. Mas a possibilidade de que não percamos e nos
303 manifestamos muito claramente pela rejeição e que isso vá ajudando a gerar uma percepção de
304 que muitas unidades estejam em dificuldade de votar contra sua própria congregação, coisa que
305 o próprio Zago está prevendo em seus manifestos que envia. No que ele enviou ontem já dizia
306 isso. O representante não tem porque acompanhar suas congregações. Inclusive, quando teve a

A T A S

307 votação pelos HUs foi dito pelo reitor que não era um lugar de bolchevismo, que não tinha que
308 se acatar. Efetivamente não é Bolchevismo, Stalin teria sonhado com o CO da USP, mas
309 também na democracia liberal. Então eu insisto com isso. Tem que se ver a possibilidade de
310 articulação daquelas unidades que vão se manifestando contrárias e se for derrotado na votação,
311 será votado, mas na emenda também será votado. Em compensação, se começarmos a ver
312 emendas, o Zago vai dizer que é o momento de votar, as unidades estão respondendo, estão
313 enviando opiniões, coisas diversas. Então isso vai ter que ser considerado por uma comissão. É
314 isso.”. Com a palavra, o Prof. Brasílio Sallun Junior disse: “Boa tarde àqueles que estão aqui.
315 Para repetir, eu achei o documento da comissão encarregada de estudar o assunto muito bom,
316 eu achei que trata de todos os assuntos importantes e quando foi lido, me causou uma forte
317 impressão. E ai eu sugiro que convoquemos, como uma espécie de arca. Nosso colega Coggiola
318 chamou atenção que talvez valesse a pena a gente providenciar uma espécie de síntese daquele
319 documento em que, acho que contava, mais ou menos, com o consenso geral daqueles que
320 estavam presentes na reunião que se fizesse um novo documento. Agora eu, pensando melhor
321 no que propus, a questão é sobre o que a gente pretende. Quando eu propus a coisa do
322 centralismo autocrático, eu pensei em causar impacto a leitura do documento. Hoje, agora, fico
323 pensando no que nós queremos com esse documento. Se a gente vai convencer pessoas que
324 eventualmente tem dúvidas sobre a proposta do reitor. Então, se é assim, se queremos
325 convencer essas pessoas, talvez a gente possa fazer algumas pequenas alterações na redação
326 daquele documento, trazendo parágrafos que estão no meio do documento, dizendo quem
327 escolhe, trazer para frente e enfatizar uma coisa que realmente acho importante e enfatizar uma
328 coisa que realmente acho importante, não se trata apenas das comissões resultarem igual do
329 arbítrio desse reitor, mas de qualquer reitor e, portanto, todos os futuros reitores. O que é uma
330 loucura total pois já tivemos, cá entre nós, reitores que dá vergonha de ter tido como reitor. Eu
331 acho que a gente deveria impessoalizar a crítica, no sentido de enfatizar o arbítrio de qualquer
332 dirigente que estejamos sujeitos e, em segundo lugar, não carimbar, como estava pretendendo
333 originalmente, mas simplesmente trazer o que estava no meio do documento que a Rosangela
334 leu para frente para caracterizar todo mundo escolhido pelo reitor. Portanto tem um sentido
335 absolutamente pessoalizado, sem controle. E acho que o próprio documento que a Rosangela
336 leu, inclui, mas devemos enfatizar o aspecto que a Ana Lúcia chamou atenção que, na verdade,
337 está se criando um colegiado em relação ao quanto isso pode ocorrer. Isso é uma loucura. É
338 como se todos nós fossemos ministros e presidentes da repúblicas sendo julgados. Então eu
339 sugiro que a gente resuma na medida do possível para não tirar força do documento, faça uma
340 pequena transferência para a gente poder ganhar a adesão de outras congregações; Então

A T A S

341 sugiro, tem a Química, a Física, todas aquelas disciplinas que não são propriamente
342 profissionais, mas que contam no CO e que podem ser os nossos parceiros, além de todas as
343 humanidades que, certamente, a gente procura. “. Com a palavra, o Prof. Tercio Loureiro
344 Redondo disse: “O poder decisório da USP está nas mãos da reitoria e do CO. O CO, como
345 sabemos, e as diversas pautas aqui são o reflexo dessa percepção, é uma estrutura
346 antidemocrática, não representativa, de fato, e daí esse medo que temos que, diante de uma
347 questão tão grave, nós saímos perdedores dessa batalha. O CO, por mais submisso que
348 historicamente tenha sido diante da vontade reitoral, ele balança às vezes. A professora Valéria
349 lembrou que a progressão horizontal que foi posta em votação no CO saiu vencedora por um
350 voto. Era proposta da reitoria, a reitoria quase que perde ali. No caso da desvinculação do HU.
351 Naquela época, uma coisa em respeito à nossa carreira, não houve essas manifestações que
352 estão ocorrendo agora, manifestações oficiais de congregações condenando aquilo. Não houve
353 o debate nesse nível. Então acho que a gente não pode desanimar achando que eles são os fortes
354 e somos os fracos. Aliás, a reitoria vem dando aqueles sinais de fraqueza, não precisa ter lido
355 Freud para entender o e-mail, a mensagem de ontem: *não é isso que eu disse. Não me*
356 *interpretem mal*. O próprio reitor se desmentindo, o que é até vergonhoso. Ele está propondo
357 uma coisa que não havia dito antes. O Prof. Brasília estava falando dos nossos parceiros. E
358 acho que agora é momento do corpo a corpo mesmo. Temos que procurar institucionalmente e
359 cada um de nós, que temos colegas em outras unidades, não custa nada mandarmos um e-mail,
360 dizendo ao caro colega que a congregação da minha unidade aprovou esse documento e estou
361 passando para a sua consideração. Cada um de nós pode fazer com nossos colegas internamente
362 e externamente, certo? E institucionalmente também acho que temos que ir para o corpo a
363 corpo. Aí, não sei se é demais, pedir ao nosso diretor, Sérgio Adorno, estabelecer contato a
364 nossos parceiros, como disse o Prof. Brasília.”. Com a palavra, a Profa. Maria Helena Machado
365 disse: “Quero dizer que, se não me engano, o PIMESMP não passou no CO. Ele se tornou uma
366 vaga de recusa, aquela inclusão, a UNIVESP, o ensino a distância etc. Eu acho que quando a
367 coisa se torna consensual, não passa. Pelo menos é minha lembrança, então acho que temos
368 chances. E, segundo, eu achei o texto bem legal, mas o que eu senti na leitura que é um pouco
369 pessoalizado e acho que isso, eventualmente, não é estratégico. Então tem que ser uma coisa
370 neutra, não é esse reitor, são todos, é a estrutura proposta que não topamos, pois estaremos
371 sempre nas mãos de alguém que é provisório. Então acho que a gente não pode pessoalizar e
372 busquemos apoio. Acho que estamos no caminho certo.”. Com a palavra, o Senhor Diretor
373 disse: “Não tem mais inscritos. Então eu imagino agora que devemos submeter o documento
374 central à aprovação. Eu diria que poderíamos fazer aqui a votação nos seguintes termos:

A T A S

375 primeiro o documento tal como ele está sem sugestões de emendas. Se aprovamos ou não
376 aprovamos. E, caso aprovado, nós abrimos para ver a possível incorporação no documento de
377 algum outro argumento que esteja presente e talvez o tom ou o formato. Estão de acordo?”.
378 Com a palavra, a Profa. Elisabetta Santoro disse: “Só dizer que é evidente que o tom do
379 documento seja aquele porque, na verdade, era uma carta que a comissão estava enviando à
380 congregação. Então naquele momento era uma comissão de professores desta unidade que
381 escreve a congregação dessa unidade. No momento em que a carta muda ou se transforma em
382 um documento e é um documento da congregação ao CO, aos que receberão os documentos das
383 unidades. Acho que é claro que muda o destinatário, então mudam os termos, muda o tom.
384 Acho que fica difícil a gente fazer uma aprovação dos termos específicos, acho que
385 precisaríamos decidir para encaminhar, tínhamos dito isso na primeira parte da tarde, que a
386 comissão ficaria encarregada de receber as nossas propostas que forem aprovadas e de
387 reelaborar a carta, dando à comissão integrada por algum outro membro da congregação essa
388 tarefa.”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “Ou seja, uma carta da comissão para o
389 formato de um documento da congregação. É isso? Então podemos deixar isso como implícito.
390 Essa tarefa vai ser feita e a aprovação do documento já trás o entendimento que a comissão vai
391 trabalhar nesse formato final.”. Com a palavra, o Prof. Oswaldo Luis Angel Coggiola disse: “É
392 uma questão prática. A congregação daria mandato á comissão e ela mudaria o documento de
393 acordo com as propostas que foram feitas. Mas nós não vamos ter nenhuma congregação até
394 dia seis de junho nenhuma congregação para rever o documento novamente. Então eu sugeriria
395 carta branca, um mandato para a comissão elaborar e colocar a posição da congregação. A não
396 ser que a gente envie a todos os membros da congregação por via eletrônica. Vamos dar carta
397 branca e o que a comissão fizer é a posição da congregação.”. Com a palavra, o Prof. Ádrian
398 Pablo Fanjul disse: “Eu não vejo problema em dar mandato à comissão, mas não custa elencar
399 à Rosangela Sarteschi, que acho que anotou, os itens que foram levantados. Acho que isso vai
400 dar mais clareza ao trabalho deles, apesar de ser uma comissão representativa, eleita pelo
401 departamento, mas não custa nada elencar os itens depois da votação.”. Com a palavra, a Profa.
402 Ana Lucia Pastore: “Já seguindo a sugestão do Ádrian, gostaria de enfatizar que a comissão
403 levasse em conta esse embasamento das críticas remetendo aos artigos incisos nos próprios
404 documentos, acho que isso é precedente da força do texto. E eu colocaria também, claro que é
405 discutível, mas entendemos que há questões jurídicas polêmicas que também inviabilizam as
406 minutas, tal como elas estão. Pode-se até dizer questões recursais, trabalhistas, que, no caso,
407 são aqueles artigos referentes ao recurso que é da mesma instância que já julgou, suspender
408 licença premio, que é uma coisa garantida por outra instância. Acho que há vários problemas

A T A S

409 jurídicos mesmo, me admira que tenha sido uma colega da faculdade de direito que escreva
410 isso. Mas como colegas do direito jamais me surpreendem o próprio direito.”. Com a palavra, a
411 Profa. Rosângela Sarteschi disse: “Se eu bem acompanhei as colocações, então são essas as
412 modificações: primeiro é a adensar os argumentos com embasamento teórico dos documentos
413 apresentados, na forma do próprio texto elaborado pela comissão para dar mais organicidade e
414 legitimidade, também fazer um rearranjo na ordem dos parágrafos, dos argumentos, de modo a
415 dar mais impacto na elaboração desses argumentos, despessoalizando os ataques, mostrando
416 que essas modificações envolvem a vida universitária daqui a diante, independente de quem é o
417 reitor. Então, pelo que entendi, isso basta. E tem aquela sugestão do Brasília de carimbar com a
418 questão do autocrático. A Maria Helena falou em despessoalizar, acho que é disso que se trata.
419 Tem a questão das câmaras e as questões jurídicas que são eventualmente questionáveis e então
420 já invalidam a própria análise global das propostas de mudança. Foram essas as sugestões que
421 eu consegui anotar das colocações.”. Com a palavra, a Profa. Valéria de Marco disse: “Acho
422 que a nossa questão em relação a documentos desse tipo é histórica. A divergência é
423 fundamentada em princípios acadêmicos de concepções de universidade. A nossa faculdade é
424 defensora de uma concepção de universidade que é formadora, que quer formar cidadãos
425 autônomos, isso está no conceito de cidadania. E, portanto, temos uma questão de princípios aí,
426 acadêmico, para rejeitar qualquer avaliação centralizada, que não seja entre pares. Então
427 tomamos várias decisões ao longo dessa história nessa direção. Somos, sim, a favor da
428 avaliação, mas como ela é feita na carreira, de modo público, sobre critérios que as áreas que
429 nos concerne estão envolvidas. Nós sempre tivemos esse princípio e, em nome disso,
430 rejeitamos a progressão horizontal da carreira. Quer dizer, entendendo que aquilo é expediente
431 salarial, não é outro. Não tivemos força para conseguir fazer vitoriosa essa posição, mas é uma
432 posição de princípios mesmo. Hoje eu não sei se é majoritária na FFLCH, tenho certeza que na
433 USP não é, mas na universidade, como bem disse o Sérgio Cardoso naquele momento.
434 Conheço muita gente de outras unidades e essa concepção não é uma concepção pautada pela
435 má fé. Realmente a nossa universidade está formada por docentes e doutores que nunca tiveram
436 nenhum vínculo com a docência, que estão acostumados com o trabalho individual e aí vem a
437 nossa dificuldade formadora na graduação. Nós sempre defendemos que a carreira começasse
438 como mestre, exatamente porque queríamos formar um professor pesquisador, e não um único
439 caráter. Então foi essa minha argumentação. Mas eu não sei se esse quadro está discutindo a
440 questão de princípio. Vou continuar a defender essa concepção de universidade. Mas reconheço
441 que perdemos a batalha, mas não significa que não vou continuar brigando por ela. Mas não sei
442 se cabe em um documento dessa natureza.”. Com a palavra, o Prof. Roberto Bolzani Filho

A T A S

443 disse: “Queria retomar a proposta do Brasília de que o documento tem que ser impessoal, pois
444 se for legislar, legislar perdura no tempo, independente de quem seja o reitor. Queria reiterar o
445 que a Valéria disse e dizer que deve sim ter algum conteúdo que fundamente todas as críticas,
446 inclusive porque essa concepção eu acho que seria bom se fosse uma coisa de má fé porque é
447 mais fácil lidar com a pessoa que tem má fé do que a pessoa que, dogmaticamente, tem uma
448 visão fechada das coisas e, portanto, tudo é mais ignorado. Eu acho que essa concepção é
449 hegemônica na universidade e temo que ela esteja se tornando também na faculdade. Então eu
450 acho que introduzir esse tipo de base no documento, é oportuno até mesmo para a nossa
451 faculdade porque essa concepção, naturalmente, vai se instalando na faculdade. Tenho certeza
452 que há colegas que são mais jovens, formados em outra cultura acadêmica, que é essa cultura
453 do doutor que nunca deu aula e que depois assume um posto de docente e tem uma enganação
454 sobre dar aula sobre sua própria pesquisa, é meio grosseiro, mas isso não é falso. Muitos dos
455 colegas não veem grandes problemas nessa visão quantitativa e acho que é importante que a
456 congregação, em sua manifestação, inclua, não apenas como uma nota de rodapé ou um
457 parágrafo qualquer, mas como fundamento de sua crítica, a ideia de que ela ainda cultiva uma
458 certa concepção de universidade que basicamente estava na fala da Valéria. Sou a favor de que
459 o documento seja pautado nessa ideia originária, central, e as críticas que serão feitas sejam
460 uma espécie de cololário dessa ideia fundamental. Então eu acho importante o que a Valéria
461 disse. Tem que haver lugar para isso. Se não, a gente perde a oportunidade de reafirmar uma
462 posição que é minoritária e provavelmente vai ser cada vez mais minoritária, mas que achamos
463 ainda, de algum modo, que é o que está no coração da faculdade.”. Com a palavra, o Senhor
464 Diretor disse: “Penso que estamos em condições de votar. Então eu vou por em votação o
465 documento originário da comissão de acompanhamento da carreira docente da FFLCH com
466 sugestões de incorporação que foram anotadas aqui. Acho que é pertinente, em uma linha ou
467 duas, ou até conclusão para ficar claro que as mudanças não são mudanças de “*eficiência*”, elas
468 trazem embutidas uma concepção política do que é ciência, do que ensinar, do que é pesquisar,
469 então deve haver menção a esse contexto, ainda que não seja desenvolvido. Se todos estiverem
470 de acordo, colocarei em votação.”. Após votação, o documento foi **APROVADO**. Com a
471 palavra, o Senhor Diretor disse: “Antes de concluir, eu queria só lembrar que está encerrando o
472 nosso prazo para a questão da comissão de evasão, desligamento. Precisamos ter um
473 documento da congregação refletindo sobre as questões que foram postas.”. Após incorporação
474 das sugestões apresentadas na Congregação, o documento ficou assim: “A congregação da
475 FFLCH, em reunião extraordinária de 20 de maio de 2016, avaliou as 3 minutas enviadas pela
476 Reitoria a respeito de alterações na carreira docente e sistema de avaliação. As alterações

A T A S

477 propostas envolvem a reformulação da Comissão Permanente de Avaliação, agora promovida a
478 órgão central da Universidade. A nova CPA será constituída, além de alguns membros natos,
479 por duas Câmaras que efetivamente executarão as avaliações de Departamentos e de todos os
480 docentes, a CAI e a CAD. Ao ler os documentos, a primeira coisa que chama a atenção é o
481 caráter centralizador e anti-democrático da proposta, expresso já na formação das duas câmaras
482 subordinadas que serão responsáveis pelas avaliações, bem como na total falta de anteparos
483 para eventuais abusos de suas decisões. O artigo 4 do Regimento Interno da CPA diz que a CAI
484 e a CAD serão compostas de 9 membros cada uma, indicados pelo Reitor. Ou seja, não há
485 nenhuma participação da comunidade na eleição desses colegiados, de modo que o Reitor os
486 escolhe monocraticamente, entre ativos e sêniores, havendo apenas uma imprecisa menção à
487 diversificação por áreas, aliás dificilmente realizável por um grupo de apenas 9 eleitos. Trata-se
488 de um retrocesso em relação à própria CERT, atualmente com 13 membros cobrindo uma gama
489 diversificada de áreas de conhecimento. É verdade que a composição da CERT também é
490 definida monocraticamente pelo Reitor, mas o atual estatuto prevê que ela apenas “opina” e “dá
491 sua anuência” sobre alterações de regime de trabalho, em um processo no qual as Unidades
492 devem, ou pelo menos deveriam, ser ouvidas. Na nova redação, as menções às Unidades, seja
493 por meio da Congregação ou do CTA, desaparecem (veja-se a nova redação dos artigos 104 do
494 Estatuto e 201 do Regimento Geral). Ademais, o atual estatuto atribui não à CERT, mas a cada
495 Unidade, a reavaliação quinquenal dos docentes, sendo a CPA responsável apenas pela
496 avaliação institucional. Na nova redação (artigo 104), tudo isto cabe à CPA e suas câmaras. Ou
497 seja, se aprovadas as alterações propostas, teremos um órgão central dominando todo o
498 processo de avaliação dos docentes, do probatório à aposentadoria, tão anti-democrático quanto
499 a CERT na sua formação, mas muito mais poderoso e abrangente. Recursos diante de decisões
500 abusivas? Não sairão da esfera da própria CPA (artigo 8 do Estatuto do docente), logo terão
501 escassa possibilidade de ser ouvidos. Em suma, a proposta suprime o que ainda havia de
502 participação dos Departamentos e Unidades nos processos de avaliação e entrega o corpo
503 docente nas mãos dos grupos de poder da Universidade. Antes de analisar com mais cuidado as
504 funções da nova CPA, cabe lembrar o artigo terceiro do Estatuto da Universidade, justamente
505 no capítulo que descreve os fins da universidade: “A USP, como Universidade pública, sempre
506 aberta a todas as correntes de pensamento, reger-se-á pelos princípios de liberdade de
507 expressão, ensino e pesquisa.” Tais princípios, que são os que regem o sentido e o modo de ser
508 desta Universidade e que até hoje foram os garantes de seu nível de excelência reconhecida
509 internacionalmente foram desconsiderados pela proposta da Reitoria. Não só pela maneira
510 como as minutas foram enviadas aos diretores, destacando que não cabia às congregações

A T A S

511 manifestarem-se a respeito, mas sobretudo no próprio conteúdo das propostas. Se não, vejamos.
512 Pelo novo projeto, conforme os artigos 13, 14 e 15 do Regulamento Interno da CPA, caberá a
513 esta Comissão propor os critérios da avaliação quinquenal de docentes e unidades, orientar a
514 elaboração dos projetos acadêmicos que servirão de base para a avaliação, aprovar os projetos
515 cuja elaboração a própria CPA supervisionou, aprovar o relatório de atividades previstas nestes
516 projetos e aprovar protocolos de compromisso para ajustar a conduta dos reprovados nas
517 avaliações, cujo descumprimento implicará processos administrativos com as penalidades
518 correspondentes. Em suma, a ela caberá definir os parâmetros de seu próprio funcionamento e
519 os critérios para o funcionamento de toda a Universidade; e o fará soberanamente, na medida
520 em que os recursos a ela feitos serão também por ela julgados, sem que os documentos sequer
521 explicitem quais princípios teóricos deverão pautar a avaliação. Disto só podemos inferir que
522 caberá à CPA tutelar do início ao fim a vida acadêmica de Unidades, Departamentos e
523 docentes, pondo em risco os valores de liberdade de pensamento e autonomia didática e
524 científica que constam do referido artigo terceiro do Estatuto da Universidade e que deveriam
525 ser vistos como condições sine qua non da atividade acadêmica, e não como prêmios de bom
526 comportamento. Portanto, mais do que um modelo de avaliação controlador, burocrático e ao
527 que tudo indica ineficiente, as propostas apresentadas representarão uma ameaça aos próprios
528 fins da Universidade. Quanto aos efeitos particulares das avaliações (já que os documentos não
529 utilizam o termo “punições”), é preciso destacar que são de monta. Em primeiro lugar, a
530 proposta estabelece que o professor em probatório será avaliado apenas por seu primeiro
531 relatório bienal, o qual, se considerado insatisfatório por comissão designada pela CAD
532 (mesmo em discordância com o parecer departamental), implicará exoneração, da qual só
533 caberá recurso, em 15 dias, na própria CPA (veja-se artigo 8 do Estatuto do Docente). Ou seja,
534 mais uma vez Departamentos e Unidades não terão voz em um assunto crucial, e o novo
535 docente, mesmo sem ter cometido infração nem descumprido seus deveres funcionais, será
536 demitido. É bom que se diga, também, que esta redução do probatório não implicará redução do
537 período de experimentação, que continua de seis anos, nos quais o regime de trabalho ainda
538 poderá ser discutido, bem como, aliás, pelo resto da carreira, visto que a nova redação do
539 Regimento Geral (artigo 201) não exclui esta possibilidade. Quanto aos outros docentes, é
540 desonesto dizer que estejam imunes a punições decorrentes das avaliações quinquenais, ainda
541 que as punições propostas sejam de legalidade bastante discutível. Se mal avaliados, os
542 docentes serão submetidos a um protocolo de compromisso de até três anos durante o qual não
543 poderão tirar as licenças-prêmio a que tenham direito (artigo 27 do Regulamento Interno da
544 CPA). No caso de nova avaliação desfavorável, estarão sujeitos a processos administrativos

A T A S

545 (artigo 29 do mesmo Regulamento). Ora, processos administrativos são expedientes aplicáveis
546 a infrações graves, visto que podem redundar em punições como suspensões ou mesmo
547 exoneração. Ou seja, a própria estabilidade no cargo do docente concursado estará em risco,
548 estabilidade que, além de ser um direito adquirido, é uma das garantias de que a liberdade de
549 pensamento e expressão dos docentes não será ameaçada pelo arbítrio dos poderosos. Os fins
550 da universidade não exigem menos. Por todas essas razões, a Congregação da FFLCH vê como
551 perigosa a proposta da Reitoria. Sem garantias institucionais da boa aplicação de tamanha
552 estrutura de controle, não podemos estar seguros de que ela não será usada para condenar, mais
553 do que para avaliar. Tal como proposto, o ciclo avaliativo com critérios mutáveis
554 quinquenalmente constitui-se em um dispositivo de flexibilização das regras que poderia
555 inclusive ser usado pelo órgão central com objetivo de exclusão de maior ou menor número de
556 docentes em função do controle da folha de pagamento. Ademais, a ausência de um diagnóstico
557 detalhado justificando essas medidas, a maneira como elas reciclam outras propostas já
558 largamente rejeitadas por esta e por outras congregações, bem como o exíguo tempo dado pela
559 Reitoria para sua discussão, não condizem com o propalado intuito de contar com a
560 participação da comunidade acadêmica na elaboração de um legítimo sistema de avaliação.
561 Todavia, é preciso destacar que, mais do que uma apreciação conjuntural, a FFLCH tem uma
562 posição historicamente contrária a avaliações individuais centralizadas. E isto decorre da
563 concepção de Universidade que defendemos, perfeita antítese da concepção subjacente a esse
564 tipo de avaliações. Em nossa visão, cabe à Universidade formar cidadãos com autonomia de
565 pensamento, capacidade crítica diante da realidade social e das instâncias de poder, e não
566 meramente sujeitos capazes de atender às demandas do “mercado”. Daí que nos doa ver a
567 autonomia tratada como uma recompensa eventual e a atividade acadêmica concebida do ponto
568 de vista da produtividade empresarial. Diante disso, é do parecer desta Congregação que as
569 alterações estatutárias propostas devem ser rejeitadas em bloco”. Ninguém mais desejando
570 fazer uso da palavra, o Senhor Presidente encerrou a sessão. E, para constar, eu, Rosângela
571 Duarte Vicente, Assistente Técnica de Direção para Assuntos Acadêmicos, redigi a presente ata
572 que assino juntamente com o Senhor Presidente. São Paulo, 20 de maio de 2016.